



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8027

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo.

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 24/01/2012

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 11/2012. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA às entidades governamentais e não governamentais, inscritas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.476, de 09/02/2012).

**Controle Interno – Caixa:** 21.3

**Posição:** 02

**Número de folhas:** 08

---

Espécie: PL

Categoria: Repasse recurso

CX: 21.3

Ordem: 02

nº fls: 06



Nº 04/2012

07.02.2012

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 11/2012.

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Repasse de Recursos ao Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, e dá Outras Providências.

### MOVIMENTO

Entrada em 24/01/2012

Comissão de Legislação e Justiça e Finanças Orçamento e Tomada de Contas.

1 -

2 -

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

A NOUADO EM REGIME DE URGÊNCIA  
EM 07.02.2012.



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

PROJETO DE LEI Nº **11**, DE 24 DE JANEIRO DE 2012.

**AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA às entidades governamentais e não governamentais, inscritas no Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

**Art. 2º.** Os repasses mencionados no artigo anterior serão destinados ao financiamento de programas, projetos e ações implementadas pelas entidades em prol de crianças e adolescentes, devidamente aprovadas pelo Conselho competente.

**Art. 3º.** As despesas autorizadas por esta Lei correrão à conta das dotações constantes no orçamento para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência.

**Art. 4º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Montes Claros (MG), 24 de janeiro de 2012.

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal

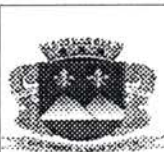


CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 24 DE AGOSTO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇÁ  
MENTO TOMADA CONTAS  
EM 24 DE AGOSTO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM COMISSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 07 DE FEVEREIRO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG – CEP 39.401-002*

Montes Claros (MG), 24 de janeiro de 2012.

Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 503 /2012

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **“AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

O presente Projeto de Lei visa autorizar o repasse de recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA às entidades governamentais e não governamentais, inscritas no Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

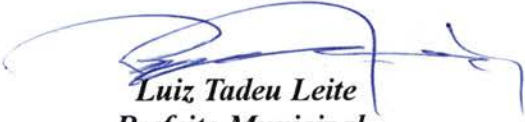
No ano de 2011 foram repassados recursos às seguintes entidades: Centro Comunitário de Vivência Espírita Cristã – Nathércio França – CCVEC-NF, GRAPPA - Grupo de Apoio e Prevenção aos Portadores da Aids, Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Pastoral do menor da Paróquia São João Batista, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros, CAJAN – Centro de Acompanhamento Jave Nessi, APAS – Associação de Promoção e Ação Social e Fundação Sara Albuquerque.

Desta forma, a fim de viabilizar o que determina a Lei Municipal nº 1935/91 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), se faz necessária a aprovação do Projeto de Lei com a vigência para o ano de 2012, em substituição à Lei nº 4303/2011.

Evidenciados os motivos que advirão da proposição contida no projeto de lei em referência, o que indubitavelmente caracteriza interesse público relevante, bem como em face da urgência na sua viabilização, solicitamos que o mesmo seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 11/2012 QUE “Autoriza o Repasse de Recursos ao Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, e dà Outras Providências, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A iniciativa de projetos que versem sobre matéria orçamentária é do Executivo Municipal.

Também não se vislumbra nenhuma ilegalidade no objetivo do referido projeto, existindo, inclusive, dotação orçamentária própria.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 25 de janeiro de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 11/2012**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Repasse de Recursos ao Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA, e dá Outras Providências.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 24/01/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 30/01/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O PL em exame foi distribuído preliminarmente à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, a qual emitiu parecer de legal e constitucional.

O presente projeto autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência- FIA às entidades governamentais, inscritas no Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

De acordo com a Mensagem que encaminha o projeto, no de 2011 foram repassados recursos às seguintes entidades: Centro Comunitário de Vivência Espírita e Cristã- Nathércio França- CCVEC- NF, GRAPPA- Grupo de Apoio e Prevenção aos Portadores de Aids, Lar Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Pastoral do menor da Paróquia São João Batista, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros, CAJAN – Centro de Acompanhamento Jave Nessi, APAS – Associação de Promoção e Ação Social e Fundação Sara Albuquerque.

No que se refere à questão orçamentária, consta no art. 3º do PL que as despesas decorrentes da futura lei correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no Fundo Municipal para a Infância e Adolescência.

Como compete ao Executivo Municipal a administração dos recursos financeiros destinados à políticas públicas do município, esta Comissão entende que o referido PL não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e constitucionais.





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido PL e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2012.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá : A. Silveira

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota: Athos Mameluque Mota

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus Cláudio Rodrigues de Jesus





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 11/2011**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Repasse de Recursos ao Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA, e dá Outras Providências.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão em 24/01/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 30/01/2012.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria a ela submetida.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O PL em exame foi distribuído preliminarmente à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, a qual emitiu parecer de legal e constitucional.

O presente projeto autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência- FIA às entidades governamentais, inscritas no Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

De acordo com a Mensagem que encaminha o projeto, no de 2011 foram repassados recursos às seguintes entidades: Centro Comunitário de Vivência Espírita e Cristã- Nathércio França- CCVEC- NF, GRAPPA- Grupo de Apoio e Prevenção aos Portadores de Aids, Lar Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Pastoral do menor da Paróquia São João Batista, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros, CAJAN – Centro de Acompanhamento Jave Nessi, APAS – Associação de Promoção e Ação Social e Fundação Sara Albuquerque.

No que se refere à questão orçamentária, o Executivo Municipal indicou que as despesas decorrentes da futura lei correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no Fundo Municipal para a Infância e Adolescência.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação do Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 06 de fevereiro de 2012.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice- Presidente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto